

Análise da evolução do discurso sobre a maldição de recursos naturais e o retrato dos países da África subsaariana

Maputo/Agosto/2021

DESENHO METODOLÓGICO

- **Ontologia** – subjetivista;
- **Epistemologia**- Pós-colonial/Decolonial-Geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2002).
- **Método**: análise histórica do discurso – a) as relações intertextuais e interdiscursivas; b) as variáveis extralinguísticas sociais/sociológicas; c) a história e a arqueologia dos textos e organizações; e d) os frames institucionais do específico contexto de uma situação (Wodak, 2009).

QUESTÃO TEÓRICA

Década 50/60 – Teoria da dependência/ Tese de Prebisch-Singer; (declaração política para a transformação social dos países e dos países do Terceiro Mundo).

Década 80- Doença holandesa;

Década 80- Corden & Neary (1982); Gelb (1988);

Década 90- Auty (1993) – **Maldição de recursos** (correlaciona uma dotação favorável de recursos e baixo desempenho económico, critica a sabedoria convencional e defende a adopção de políticas neoliberais).

No *web Science*: de 1993-2003 – a média de artigos publicados foi de 6, atualmente totalizam cerca de 2.114 artigos.

A análise da geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2002) exige que se questione: **quando, por quê, onde e para quê** o conhecimento é gerado.

CONTEXTO

Conferências importantes (1972 em Estocolmo e 1992 no Rio de Janeiro) onde foram tomadas decisões que estruturaram as narrativas sobre o meio ambiente e o papel dos Estados na sua proteção.

Na primeira conferência internacional sobre o meio ambiente os 112 países participantes reconheceram as atividades danosas que o desenvolvimento industrial e a pobreza infligiam à natureza.

Na segunda conferência, no Rio de Janeiro, os problemas ambientais passaram a ser vistos de uma forma globalizada e, foi feito um esforço para reconhecer a responsabilidade desigual dos países nos danos causados ao meio ambiente.

Após a conferência de Estocolmo de 1972, Maurice Strong apresentou em 1973- o conceito de ecodesenvolvimento e depois da conferência do Rio de Janeiro, em 1993, Auty publicou a sua obra seminal e popularizou o conceito de maldição de recursos.

A TESE DA MALDIÇÃO DE RECURSOS

A tese da maldição de recursos é descrita em três momentos:

[Primeiro] um crescente corpo de evidências sugere que uma dotação favorável de recursos naturais pode ser menos benéfica para países com níveis de desenvolvimento de renda média e baixa do que a sabedoria convencional pode supor.

[Segundo], duas peças importantes dessa evidência são os esforços de industrialização dos países em desenvolvimento no pós-guerra e o desempenho dos países em desenvolvimento ricos em minerais desde a década de 1960.

[Terceiro] as novas evidências sugerem que não apenas os países ricos em recursos podem deixar de se beneficiar de uma dotação favorável, como também podem ter um desempenho pior do que os países menos dotados. Esse resultado contraintuitivo é a base da tese da maldição dos recursos (enumeração nossa) (AUTY, 1993: p.1).

SINTOMAS DA MALDIÇÃO DE RECURSOS

Os sintomas da maldição de recursos são:

- 1-baixo crescimento econômico;
- 2-crescimento da desigualdade da riqueza;
- 3- entricheiramento de regimes não democráticos;
- 4-empobrece o processo decisório;
- 5-falha em criar um economia produtiva e eficiente;
- 6-aumenta os conflitos na sociedade;
- 7-degradação do ambiente e dos direitos humanos (STEVENS et al, 2015).

África tornou-se ponto focal de considerável pesquisa e interesse (OBI 2009).

APORTES À TESE DA MALDIÇÃO DE RECURSOS

- “Maldição de recursos naturais é paradoxal”;
- “Maldição da etnia (Botsuana e Maurícias, tem pouca fragmentação étnica)”;
- “Maldição de recursos políticos”;
- “Atualmente não há consenso se existe ou não uma maldição de recursos naturais”;
- “O mundo há muito reconheceu que existe maldição”;
- “A maldição de recursos está ativa e viva”;
- “Maldição de recursos naturais é um mito”;
- “Maldição de recursos antes da exploração. Exemplos: São Tomé e Príncipe e Madagáscar, Gana e Moçambique (Frynas, 2017; Cust & Mihalyi, 2017)”.

A análise da maldição de recursos deixou de ser analisada *ex post facto*, ou seja, depois da exploração e passou a ser analisada também *ex ante* isto é, antes da exploração.

LITERATURA/BALANÇO DAS PESQUISAS

Table 3. Summary of Literature of Natural Resource Curse Critics

Author	Sample	Period	Natural resource measure	Findings
Lederman and Maloney (2007)	cross-section and panel	1980-1999	Primary exports divided by total merchandise exports + Primary exports divided by GDP	There is no evidence in cross-section of a negative impact of this variable on growth, nor in the panel systems estimator.
Brunnschweiler and Bulte (2008)	60 countries from five regions: Europe, North America, Central and South America, Africa and the Middle East, Asia and Oceania	1970-1989	The GDP shares of total natural resource and mineral resource exports+ the logs of total natural capital and mineral resource assets per capita	Resource dependence does not affect growth, and resource abundance positively affects growth and institutional quality.
Alexeev and Conrad (2009)	OPEC members and the major non-OPEC oil producers of more than 2 million barrels of oil per day.		hydrocarbon deposits per capita+ Oil/GDP ratio	The effect of a large endowment of oil and other mineral resources on long-term economic growth of countries has been on balance positive.
Cavalcanti et al., (2011)	53 oil exporting and importing countries	1980-2006	Real value of oil production per capita	Oil abundance has a positive effect on both income levels and economic growth.
Boyce and Emery (2011)	Panel data for U.S. states	1970-2001	Real natural resource price, natural resource sector employment.	The resources curse can only be determined by an investigation of the correlation between resource abundance and income levels, and they found that this relationship is positive.
James (2015)	111 resource producing countries	Different growth periods from 1970-2010	Natural resource goods as share of income	In all growth periods, the relationship between resource dependence and economic growth in resource production sectors is non negative.

ECONOMIA POLÍTICA DOS RECURSOS NATURAIS

Economia política dos recursos naturais	Maldição de recursos/economia política/países da África subsaariana
<p>Michael Ross (1999) três abordagens:</p> <ul style="list-style-type: none">a) o boom de recursos produz miopia nos fazedores de política (<i>policymakers</i>) sejam eles públicos ou privados;b) os recursos de exportação tendem a empoderar setores, classes e grupos de interesse que impedem a adoção de políticas de crescimento;c) os recursos naturais tendem a enfraquecer as instituições estatais limitando sua capacidade de extrair e distribuir recursos, reforçar os direitos de propriedade e resistir às demandas de grupos de interesse e pessoas que procuram rendas.	<p>Angola- a tese de maldição explica o caso angolano de forma inadequada (Sogge 2017)</p>
	<p>Moçambique- não foram os minerais que criaram a maldição, mas a dinâmica e o propósito da acumulação de capital em seus contextos históricos específicos (Castel-Branco 2017)</p>
	<p>Gana- bênçãos, maldições e incertezas coexistem, coevoluam e se misturaram na prática, e grandes narrativas sobre uma bênção ou maldição não são apenas simples, mas também enganosas” (Obeng-Odoom 2012).</p>

EFEITOS DO DISCURSO

1- “A tese da maldição dos recursos criou um viés político e abertamente negativo de dotação de recursos minerais nos países em vias de desenvolvimento, os minerais (e o petróleo) vistos como parias do desenvolvimento económico”;

2- Concepção de políticas e criação de instituições:

- a) Iniciativa de transparência da indústria extrativa (EITI);
- b) Publish what you pay;
- c) Índice de governação de recursos;
- d) Visão Africana para o Sector da Mineração;

3- Publicidade da mídia (sensacionalista) que pode agravar os problemas políticos e sociais existentes.

Referências

- Auty, R. (1993). *Sustaining development in mineral economies: The resource curse thesis*. London, Routledge.
- Basedau, M. (2005). *Context Matters – Rethinking the Resource Curse in Sub-Saharan Africa*. GIGAWorking Paper Series, p.1.
- Castel-branco, C. N. (2017). *Political Economy and Natural Resources: The “Curse” is in the Approach*. Development Studies Seminar Series.
- Mignolo, W. D. (2002). The Geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, 101(1), 57–96. <https://doi.org/10.2307/3720138>
- Obeng-Odoom, F. (2012). Problematizing the Resource Curse Thesis. *Development and Society*, 41(1), 1–29.
- Sogge, D. (2017). Angola: como maldição? *Revista Tempo Do Mundo*, 3(2), 243–262.
- Stevens, P., Lahn, G., & Kooroshy, J. (2015). The Resource Curse revisited. In *Energy, Environment and Resources* (Vol. 28).
- Wodak, R., & Michael, M. (ed). (2001). *Methods of critical discourse analysis*. SaGe Publications Ltd.

Obrigado pela atenção.